
APRESENTAÇÃO

Em boa hora a revista *Prelúdios* publica essa edição sobre políticas públicas. Tal afirmação não é apenas eloquente. Sustenta-se em argumentos lógicos, os quais passo a nominar, em momento especialmente delicado para a área das ciências humanas, e das ciências sociais em particular, acometidas recentemente por ataques infundados estimulados pelo facciosismo e pela ignorância dos arautos do retrocesso. Contra o obscurantismo, que esperamos, efêmero, insurgem-se os textos aqui elencados. Primeiro, demonstrando que a área não produz conhecimento estéril. Dialogando com distintas premissas teóricas, utilizando aportes metodológicos consistentes, identificando limites e possibilidades das ações governamentais em suas constantes interações com a sociedade civil, incorporando preocupações com as pautas das minorias sociológicas, bem como disponibilizando os resultados das pesquisas para subsidiar prováveis intervenções em realidades diversas, os trabalhos aqui apresentados cumprem a contento a complexa tarefa de realizar análises de políticas públicas. Dito de forma cartesiana, fazem ciência.

Em consonância a esses aspectos, convém alertar para uma outra qualidade dessa edição. Refiro-me ao processo contínuo de fortalecimento de uma agenda de pesquisas na área de políticas públicas e a incorporação de modelos de análise para além dos instrumentos trabalhados pela Ciência Política. Se é correto afirmar um aprimoramento constante nos estudos na área desde pelo menos os últimos vinte anos, período no qual muito se acumulou em termos de pesquisa empírica e densidade teórica, a difusão mais recente de outros olhares sobre um objeto cuja vinculação original esteve atrelada a uma subárea da Ciência Política, é condição que não pode ser menosprezada. Nesse sentido, o diálogo com disciplinas conexas, principalmente com a sociologia e a antropologia, ganhou magnitude, especialmente com os estudos de políticas sociais, os quais tem se caracterizado por uma preocupação maior com os impactos da política e seus desdobramentos sobre a pobreza e as desigualdades, agregando recortes socio-antropológicos de gênero, raça e geração. Disto resultou, e esta edição é prova incontestada, uma rica e bem vinda confluência cuja dinâmica reafirma o desenvolvimento e fortalecimento da disciplina de políticas públicas, atualmente presente em vários cursos de graduação e pós-graduação no país, e, em decorrência, de trabalhos acadêmicos e pesquisas na área.

Um terceiro argumento, que atesta a tempestividade do debate aqui presente, aponta para um aspecto condizente com a pesquisa em todas as áreas científicas. Diz respeito ao processo de disseminação do conhecimento realizado por revistas acadêmicas. Nesse sentido, importa destacar que a publicação de resultados de pesquisas impõe um duplo compromisso republicano. Por um lado, oferece a oportunidade para que trabalhos acadêmicos em geral, sejam teses, dissertações, monografias ou mesmo relatórios de pesquisa, cumpram um objetivo comum e universal, qual seja, a publicização de seus resultados. Não é crível imaginar outra condição, principalmente quando se aportam recursos públicos. De outro lado, torna menos restrito e elitista o acesso do leitor ao conhecimento científico acumulado, tornando-o menos exclusivo e mais democrático. A revista *Prelúdios*, por meio dessa edição sobre políticas públicas, contribui para o cumprimento desse compromisso.

Feita essa apresentação sucinta, convém, agora, apresentar os textos dessa edição.

O primeiro artigo “Capacidade de estado dos municípios baianos na implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)” de autoria de Sara Braga de Melo Fadigas, tem como objeto a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na Bahia, cujo foco é análise da capacidade de Estado dos municípios baianos definida a partir de três dimensões: a institucional, a financeira e a burocrática. Para tanto, a autora realiza uma pesquisa exploratória-descritiva com base no conceito de *capacidade de Estado* utilizado por Mann (1986) como seu referencial teórico. Metodologicamente, a operacionalização da pesquisa se deu a partir da análise de variáveis quantitativas, oriundas de dados secundários, através de técnicas de sumarização de estatística descritiva utilizando medidas de posição. Ao final, a autora argumenta que, apesar das limitações impostas a PNAS, houve progressivamente certa potencialização da capacidade de Estado dos municípios na institucionalização da política.

Em seguimento, o texto “Condicionalidades e efetividade do Programa Bolsa Família: uma análise de 2000 a 2014” de Isadora Martins Montiel, Alessandra Troian e Raquel Breitenbach, trabalha a efetividade do programa Bolsa Família no período 2005/2014, por meio da análise dos dados sobre as condicionalidades nas áreas de saúde e educação presentes no desenho do programa. Os resultados encontrados indicam que o Programa Bolsa Família melhorou as condições de vida de seus beneficiários através do auxílio financeiro e, principalmente, pelo acesso à educação e a saúde, aumentando os níveis de frequência escolar e acompanhamentos médicos básicos. O terceiro artigo trata das dificuldades na implementação dos serviços de responsabilização e educação para homens

autores de violência contra mulheres. Intitulado “Entre políticas públicas e ações judiciais: atenção para homens autores de violência contra a mulher no estado da Bahia” de autoria de Anderson Eduardo Carvalho de Oliveira e Márcia Santana Tavares, objetiva mapear a implementação das ações de responsabilização e educação para homens autores de violência contra mulheres, conforme preconiza a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). Os resultados da pesquisa apontam para o desenvolvimento de tímidas ações ligadas ao Tribunal de Justiça e alguns atendimentos no âmbito de serviços especializados para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, em total afronta às diretrizes gerais fixadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

O campo das políticas públicas de segurança está presente neste dossiê com o trabalho “O projeto proteção dos jovens em território vulnerável: uma análise dos pressupostos normativos e seus efeitos locais” de Rafael Losada Martins, cujo recorte empírico são os os projetos de prevenção da violência e criminalidade destinados aos jovens das periferias urbanas brasileiras. A pesquisa analisou os principais pressupostos normativos presentes na formulação do projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo) ação integrante do extinto Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), bem como alguns efeitos decorrentes da implementação desses pressupostos em um contexto local. Como resultados, o escrito identificou situações ocorridas durante a realização do projeto as quais geraram efeitos diversos daqueles esperados, sobretudo no que diz respeito ao propósito de efetivação do ideal político-jurídico de igualdade cristalizado na noção de cidadania.

Fechando o dossiê, Deise Queiroz da Silva apresenta o artigo “A discricionariedade da burocracia de rua: outra análise sobre o seu papel na implementação da política de saúde para a população negra em Salvador – BA”, em que levanta os fatores que convergiram para que a política de saúde para a população negra fosse implementada em Salvador entre 2005 e 2012. Para isso, utiliza categorias analíticas como o racismo institucional, a discricionariedade da *street-level bureaucracy*, a partir da formação de uma rede de pontos focais nos distritos e unidades de saúde do município, e as ações desenvolvidas pelo núcleo institucional para o desenvolvimento da política alocado dentro da Secretaria Municipal de Saúde. Como resultados mais relevantes, evidenciou a centralidade da categoria racismo institucional na implementação de uma política cujo objetivo buscava reduzir as iniquidades produzidas pelo racismo, além de apontar para a discricionariedade da burocracia como fator relevante para garantir a realização de ações que não seriam promovidas a partir de diretrizes legais devido ao seu baixo enraizamento e falta de recursos garantidos para a sua implementação.

Por fim, essa edição da revista apresenta a tradução do artigo de Graham Harman “The importance of Bruno Latour for Philosophy” (A importância de Bruno Latour para a Filosofia) realizada pelo cientista social Thiago Araújo Pinho. Neste trabalho, Harman propõe uma reflexão sobre as *irreduções*, livro que o próprio Latour considera como a chave do entendimento de sua filosofia, questionando a invisibilidade deste autor para a filosofia acadêmica, lacuna incompreensível haja vista sua condição de autor respeitável que considera a si mesmo como um evidente filósofo.

Boa leitura

Alvino O. Sanches Filho
Organizador desta edição.